

Resolução nº 087/CONSAD, de 24 de novembro de 2009.

Aprova o Sub-Programa da Unir do Programa de Consolidação das Universidades da Amazônia.

O Presidente do Conselho de Administração – CONSAD, da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, no uso de suas atribuições legais e considerando Memorando 157/GR/UNIR, de 23 de novembro de 2009:


Resolve ad referendum do Plenário:

Art. 1º - Aprovar o Sub-Programa da Fundação Universidade Federal de Rondônia do Programa de Consolidação das Universidades da Amazônia (Anexo).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.


Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral

Presidente

Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Certifico que: RESOLUÇÃO 087/CONSAD
foi HOMOLOGADA
na 389ª sessão/CONSAD
de 10/12/2009

Secretaria dos Cursos Superiores - SECONS
Serviço JURACI



**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - MEC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA- UNIR**

**PROGRAMA
CONSOLIDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA
SUB-PROGRAMA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

**EQUIPE TECNICA
PROF DR JANUARIOAMARAL
PROF DRa IVONETE TAMBORIL
PRO DR. ANTONIO CARLOS MACIEL
PROF DR DORISVALDER DIAS NUNES**

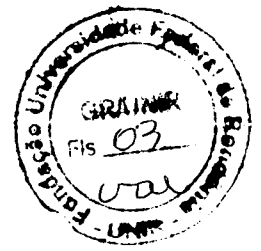
PORTO VELHO – RO NOV DE 2009



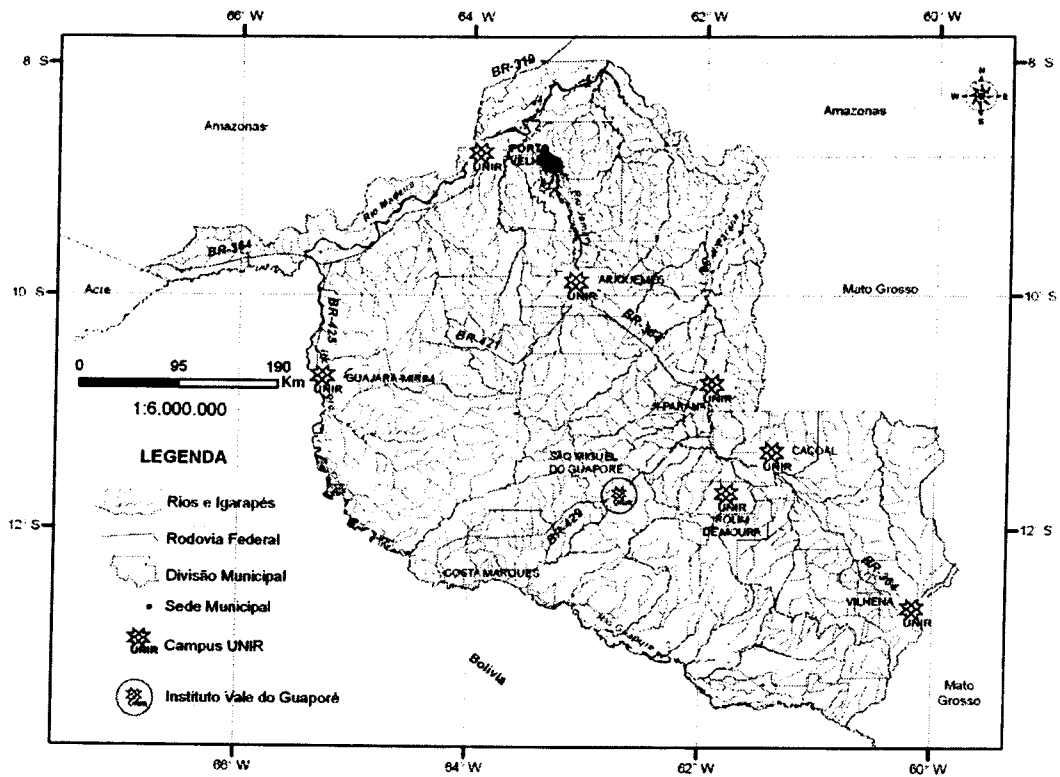
**MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - MEC
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA- UNIR**

**PROGRAMA
CONSOLIDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA AMAZÔNIA
SUB-PROGRAMA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR**

PORTO VELHO – RO NOV DE 2009



MAPA DE RONDONIA





1 - Introdução

No segundo semestre de 2009 a Comissão da Amazonia da Camara dos deputados em conjunto com a SESUR e os Reitores da Regiao Norte chegaram ao entendimento que seria necessario apresentacao de um Programa das Universidades do Norte que primasse pela consolidacao das Ifes da Amazonia.

A concepção do programa tem como base dois princípios:

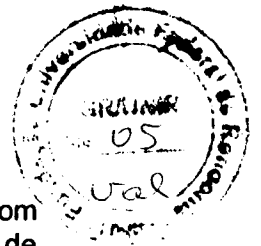
1. Reduzir as assimetrias regionais, intra-regionais e entre estados;
2. Reduzir as assimetrias entre áreas de conhecimento.

O programa alicerça-se no conceito "*Políticas e ações assimétricas para resolver situações assimétricas*", ou seja, propõe a equalização de oportunidades, que contempla a diversidade, em contraponto à equalização de resultados, que tende a aumentar as assimetrias.

O programa pautará suas ações no fomento de atividades de cursos de Graduação e Pós-Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior e terá as seguintes linhas de ação:

1. Consolidacao dos Cursos de Graduacao;
2. Crescimento e consolidação das atividades de pós-graduação;
3. Fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa.
4. Garantir recursos humanos adequados as atividades desenvolvidas de Docentes e Tecnicos Administrativos;
5. Garantir recursos orcamentarios em Investimento e Custeio.

Os diversos setores, bem como as unidades da administração central responsáveis pela graduacao, pesquisa e pós-graduação da IFES, foram convidados a apresentar o levantamento das demandas que são apresentados neste Projeto.



2. Missão da Fundação Universidade Federal de Rondônia:

A Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) é uma instituição com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº. 7.011, de 08 de julho de 1982, inscrita no Ministério da Fazenda sob nº 04.418.943/0001-90 (CNPJ), integrando o Sistema Federal de Ensino, tendo como sede administrativa a cidade de Porto Velho e atuação em todo o estado de Rondônia, por meio de *campi* localizados nas cidades de Guajará-Mirim, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Cacoal, Vilhena e Ariquemes.

O Regimento Geral da UNIR estabelece que sua missão é a formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, tendo como finalidade principal a promoção do saber científico puro e aplicado, integrado em um sistema indissociável de ensino, pesquisa e extensão.

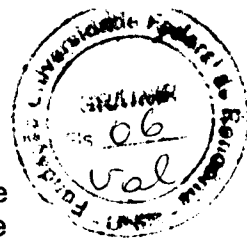
2.1 Ameaças, pontos fortes e fracos da instituição:

2.1.2 Ameaças:

No cumprimento de sua missão, consideramos como Ameaça (variáveis de ordem externa) as elencadas abaixo:

a) **Localização** - apesar de a Amazônia ter configuração de interesse nacional e internacional, ainda não se desponta como foco para investimento na área de pesquisa, embora possamos reconhecer sua alta potencialidade, principalmente no que tange às áreas estratégicas, consideradas "portadoras de futuro", tais como Biotecnologia e Nanotecnologia. Um dos principais aspectos de debilidade em comparação com os quadros regional, nacional e internacional, são os investimentos em Ciência e Tecnologia que marcam o Estado de Rondônia. Muitas nações se referem à Ciência e Tecnologia como uma questão de Poder, capaz de dividir o mundo entre os países produtores de conhecimento e tecnologias e aqueles que, no máximo, conseguem copiá-las. No caso local (Rondônia), a UNIR é sua única fonte de formação de pesquisadores publica, capazes de alavancar o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia por meio da formação de recursos humanos necessários para esse fim, no âmbito do Estado, além de colaborar com a diminuição das assimetrias regionais. Contudo, apresenta dependência tanto da formação de seu quadro de docentes quanto de outros pesquisadores de instituições localizadas fora da Região e do Estado bem como em outros Países;

b) **Incipiente produtividade Regional** - Comparada aos níveis de outras regiões, verifica-se uma ausência de políticas públicas que incentivem a produção local e sua conseqüente inserção internacional competitiva, meta geral da Política de Desenvolvimento Produtivo do Governo Federal. Por outro lado, a ausência de concretização e finalização dos Programas específicos para a região



onde está localizada, historicamente não se concluem. Na atualidade ainda se aguarda a efetivação da implementação das ações específicas para o Estado de Rondônia previstas no Programa de Aceleração do Crescimento, principalmente no que se refere à infra-estrutura;

c) Pós-Graduação Mínima - Número insuficiente de programas de pós-graduação no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, face à população destas Regiões;

d) Tecnológicas: Ausência de órgãos de fomento Estadual - Inexistência de Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia no Estado de Rondônia, ausência de iniciativa política para a criação da Fundação de Amparo à Pesquisa em Rondônia – FAPEROR, bem como falta de reconhecimento do Governo Estadual da importância de qualificação de recursos humanos locais para propiciar o desenvolvimento do Estado e da Região;

e) Políticas públicas: Baixo nível de incentivo governamental – Fator que impede a iniciativa privada de promover investimentos em formação de recursos humanos de alto nível, por programas de pós-graduação;

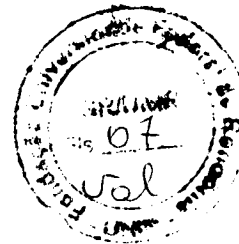
2.2 Prioridades, Pontos fortes (Competências) e Pontos Fracos da UNIR

a) Consolidar-se como uma universidade *multicampi*, que a partir das peculiaridades regionais venha alcançar níveis de excelência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e humanístico, de modo a se tornar referência nacional em suas áreas de atuação;

b) Consolidar-se como instituição estratégica para o desenvolvimento do Estado e Região Norte;

c) Criar condições adequadas para o desenvolvimento dos grupos já existentes com menor densidade ou em áreas do conhecimento estratégicas para a Amazônia, com aproveitamento das potencialidades locais;

d) Capacitação do corpo docente existente, por meio do estabelecimento de parcerias com Programas existentes tanto na Região Norte como em níveis nacional e internacional e fomentar ainda, parcerias com o Estado e iniciativa privada visando a especialização de profissionais para o mercado de trabalho tanto público como privado e a formação de técnicos e pesquisadores para empresas públicas e privadas do Estado de Rondônia;



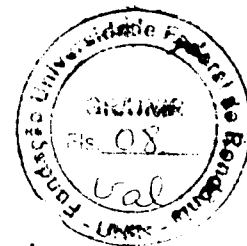
e) Articulação e cooperação com os sistemas de ensino fundamental e médio além de articular a promoção de Mestrado Profissional nas Engenharias, especialmente em consórcios com empresas, de forma a estimular a inovação tecnológica, o que fomentará uma política mais agressiva no sistema de patentes;

f) A UNIR, há mais de quinze anos, implementa uma política de capacitação de seu quadro docente, incentivando afastamentos para titulação e apoiando as iniciativas de novos cursos de pós-graduação, tanto institucionais quanto interinstitucionais, sempre com o apoio da CAPES, do CNPq e FINEP;

g) Em função desse empreendimento na qualificação, evoluiu no quadro de doutores de forma bastante satisfatória, pois em 1990 tínhamos apenas 04 (quatro) doutores e até o presente momento (2008), contamos com 149 doutores e mais 142 mestres, que formam a massa crítica responsável pelo desenvolvimento dos programas *stricto sensu* em execução e mais aqueles que a instituição planeja implantar;

h) Dentre as 13 Universidades Federais e as 103 particulares da Região Norte do Brasil, a UNIR foi apontada pelo MEC, em 2008, como a melhor. A pesquisa foi feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), órgão que analisou infra-estrutura, programa pedagógico, corpo docente e os resultados das avaliações de conhecimento realizado junto aos acadêmicos, conhecido como ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes). A UNIR obteve 284 pontos, ficando à frente das universidades federais do Amazonas (280 pontos), Rural da Amazônia (264 pontos), do Acre (260 pontos), Pará (265 pontos), Roraima (258 pontos) e Amapá (212 pontos). O MEC finalizou a avaliação com notas de 0 a 5 e Rondônia ficou com nota 3, faltando apenas 12 pontos para atingir a nota 4, onde estão as melhores do Brasil;

i) O crescimento quantitativo e qualitativo do número de mestres e doutores beneficia diretamente a UNIR, o Estado e a Região, cujo resultado pode ser percebido concretamente pelo aumento da demanda nos Programas Institucionais em nível de Mestrado e Doutorado que a Universidade oferece, os quais também vêm crescendo gradativamente.



2.2.1.2 Competências existentes

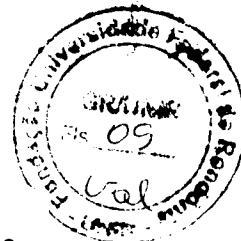
a) Em relação ao *stricto sensu* temos nove cursos recomendados pela CAPES, sendo 08 mestrados: Administração, Biologia Experimental, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Geografia, Ciências da Linguagem; Letras; Educação; Psicologia Escolar e um doutorado: Biologia Experimental.

b) A maioria dos docentes-pesquisadores da UNIR está vinculada a grupos de pesquisas cadastrados junto ao CNPq (Diretório dos Grupos de Pesquisa). Os demais estão se articulando para se integrarem aos grupos de pesquisa já existentes e/ou formação de novos grupos;

c) Os grupos e/ou linhas de pesquisas estão sendo reforçadas com o retorno dos recém-doutores, que têm gerado grupos de trabalho com expectativa de implantação de novos cursos *stricto sensu* nas seguintes áreas: "Educação", "Psicologia", "Linguística", "Filologia", "Filosofia", "Ciências Exatas e da Terra" e "Ciências da Vida e Saúde". Estas áreas guardam vínculo tanto com cursos já existentes, quanto com outros que se pretende implementar, tão logo haja amadurecimento do corpo docente;

d) Contamos com vários parceiros, tanto nacionais quanto internacionais. Tal relação tem sido reforçada graças ao aumento de nossa qualificação e tem proporcionado melhores oportunidades para incentivarmos nossos docentes e técnicos a buscarem aprimoramento profissional, incluindo pós-doutorado fora do Brasil. Faz-se necessário ressaltar os frutos colhidos pela participação da UNIR no Programa de Qualificação Institucional (PQI) - promovido pela CAPES, assim como participação em outras formas incentivadas (e financiadas) pela CAPES para a qualificação docente, como os MINTER's e DINTER's. Isto promoveu o estreitamento das relações da UNIR com universidades de grande porte, cujas ações de fomento da CAPES possibilitaram maior solidez dos grupos de pesquisa, incluindo contatos e trabalhos em nível internacional;

e) A Unir conta com a Biblioteca Central, localizada no Campus de Porto Velho, com acervo de mais de 60.000 obras, em Porto Velho e mais 60.000 obras nos demais *campi*, além de 160.000 periódicos científicos e 1.300 títulos em multimídia. Atende todo o Estado (UNIR Campus Porto Velho – Biblioteca Central; UNIR Campus de Guajará-Mirim; UNIR Campus de Ariquemes; UNIR Campus de Ji-Paraná; Unir Campus de Cacoal e UNIR Campus de Vilhena). Conta ainda com o CAPNES (Centro de Apoio a Portadores de Necessidades Especiais), única biblioteca digital para atendimento a portadores de necessidades especiais no Estado;



2.3 Pontos fracos da Instituição

1. Infra-estrutura insuficiente: (falta de laboratórios, equipamentos, etc.) todas indispensáveis a atividade de Pesquisa qualificada, além de prédio específico onde serão ministradas aulas, setores administrativos e auditórios para atividades essenciais à consolidação da pós-graduação. Contudo, temos que ressaltar o esforço institucional em suprir essas demandas infra-estruturais, visto que podemos testemunhar um significativo número de obras(construções) em todos os campi da UNIR. Recursos proveniente do REUNI, Emendas parlamentares e de agencias de financiamento como aa FINEP e CNPq.

2. Número mínimo de pesquisadores (doutores) para a composição do quadro docente permanente para apresentar programas *Stricto Sensu*, (de acordo com os critérios das áreas de avaliação da CAPES), sendo a maioria dos nossos docentes com pouco tempo de experiência como pesquisador sênior;

3. Baixa produção científica qualificada: pelas razões apontadas no item anterior;

4. Pouca experiência dos pesquisadores em orientação na pós-graduação: como são poucos os cursos *Stricto Sensu*, poucos doutores possuem experiência como orientadores;

5. Falta de uma Editora consolidada para incentivo à publicação;

6. Falta de corpo técnico-administrativo suficiente para efetivo das atividades desenvolvidas pela UNIR

As propostas objetivam iniciar um amplo processo visando atingir a autonomia intelectual da UNIR, sem a qual ficará à margem nos processos de inclusão nos Planos e políticas públicas de nível regional e nacional, que necessitem de recursos humanos de alto nível para alavancagem do tão esperado desenvolvimento. Dessa forma, a aprovação institucional deste projeto é fundamental para que a Universidade Federal de Rondônia possa executá-lo por meio dos recursos que serão disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC).

3 Estratégias

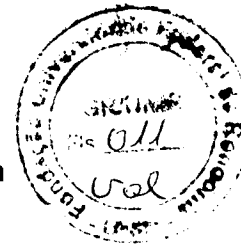
A estratégia enfocada neste Projeto é a de **Desenvolvimento Intra-Regional – Investimento na UNIR para consolidação da Graduação e da Pós-Graduação**, objetivando a diminuição das assimetrias regionais e contribuir para o desenvolvimento Local, Estadual, Regional e Nacional, ancorada em recursos dos Ministérios da Educação.



As estratégias institucionais para potencializar os grupos de pesquisa existentes e/ou para estimular a criação de novos grupos atenderá a projetos específicos a serem elaborados pelos Núcleos, Departamentos e Grupos de Pesquisa, dando prioridade a:

- Consolidação dos Cursos de graduação e pós;
- Construção de laboratórios de pesquisas;
- Aquisição de equipamentos para os laboratórios de pesquisa;
- Construção de espaço para ambiente de trabalho;
- Construção de auditórios para os grandes eventos da Universidade: seminários, congressos, simpósios, e outros.
- Aquisição de bibliografia (livros, assinaturas de periódicos);
- Ampliação do quadro Técnico-Administrativo e Docente;
- Estimulo à produção e à publicação;
- Estreitar relações entre a UNIR e as universidades consolidadas das regiões Sul e Sudeste para expansão da produção acadêmica;
- Consolidar os Campi da UNIR;
- Manutenção, desenvolvimento e consolidação dos Programas Stricto Sensu já existentes e criação de novos programas de Pós-Graduação.

3 - Dados e indicadores internos para a elaboração da Proposta (A UNIR em números na Pesquisa e na Pós-Graduação):



QUADRO 1
CONSOLIDADO POR TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DA UNIR

Área	Qualificação	Doutor	Mestre	Doutorando	Mestrando	*Outros	Total
Ciências Exatas e da Terra		32	24	10	01	04	71
Ciências Biológicas		10	09	03	-	-	22
Engenharias		10	-	01	-	-	11
Ciências da Saúde		20	24	01	01	34	80
Ciências Agrárias		12	03	-	-	-	15
Ciências Humanas		44	25	30	01	14	114
Linguística, Letras e Artes		12	13	-	-	04	29
Outras: Ciências Sociais Aplicadas		09	44	04	02	18	77
TOTAL		149	142	49	05	74	419

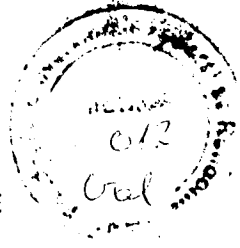
* Graduados e especialista que não estão em qualificação.

Fonte: PROPESQ/2008

QUADRO 2
GRUPOS DE PESQUISA REGISTRADOS NO CNPq POR ÁREA CONHECIMENTO

Área	Grupos de Pesquisa	Nº. de Grupos de Pesquisa
Ciências Exatas e da Terra		03
Ciências Biológicas		--
Engenharias		02
Ciências da Saúde		04
Ciências Agrárias		--
Ciências Humanas		20
Linguística, Letras e Artes		06
Outras: Ciências Sociais Aplicadas		06
TOTAL		41

Fonte: PROPESQ/2008



QUADRO 3
NÚMERO DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO POR ÁREA DE CONHECIMENTO

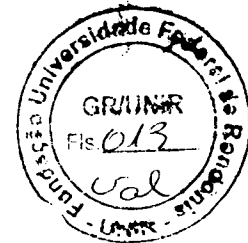
Área	Cursos	Mestrado Acadêmico	Doutorado Acadêmico	Mestrado Profissional	Total
Ciências Exatas e da Terra		01			01
Ciências Biológicas		01	01		02
Engenharias					
Ciências da Saúde					
Ciências Agrárias					
Ciências Humanas		01			01
Linguística, Letras e Artes		03			03
Outras Ciências Sociais Aplicadas		01			01
Multidisciplinar		01			01
TOTAL					09

Fonte: PROPESQ/2008

QUADRO 5
PROJEÇÃO DE CRIAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NOS PRÓXIMOS 04 ANOS

Modalidade Área	MESTRADO			DOUTORADO		Total
	Acadêmico	Profissional	Associado	Acadêmico	Associado	
Ciências Exatas e da Terra	01	-	-	01	-	02
Ciências Biológicas	01	-	-	-	-	01
Engenharias	01	-	-	-	-	01
Ciências da Saúde	01	-	-	-	-	01
Ciências Agrárias	01	01	-	-	-	02
Ciências Humanas	02	-	-	01	-	03
Linguística, Letras e Artes	01	01	-	01	-	03
Outras: Ciências Sociais Aplicadas	-	01	-	01	-	02
TOTAL	08	03	-	04	-	15

Fonte:PROPESQ/2008



III - JUSTIFICATIVAS

A Amazônia possui uma das maiores diversidade biológica do Planeta, com uma quantidade extremamente variadas de espécies vegetais e faunísticas; recursos minerais; beleza cênica da paisagem natural; extensa malha hidroviária; importante reserva natural da humanidade; também importante fonte de recursos para todos os brasileiros, com uma população considerável atualmente, habitando as margens dos rios, nas bordas das florestais e nas Cidades da Região. Ademais, região de fortes conflitos sociais e ambientais, causados principalmente, por resultados de políticas estatais de desenvolvimento para Amazônia.

A soberania do Estado Brasileiro sobre a Amazônia passa pela presença de instituições sólidas principalmente na área de educação, ciência e tecnologia. Nesse particular queremos chamar atenção para as UNIVERSIDADES FEDERAIS DA AMAZÔNIA e em especial da Universidade de Rondônia.

A consolidação e expansão da oferta de cursos públicos para o ensino superior na Região Amazônica é uma necessidade constatada por todos os indicadores, ratificada pelas autoridades e instituições de ciência e tecnologia, e uma condição sine qua non para o desenvolvimento das universidades públicas do Norte do país. Para demonstrá-las, dois grupos de razões podem ser listadas: as que apontam para a diminuição das disparidades regionais e as que reconhecem a urgência de uma resposta aos impactos sócio-ambientais decorrentes da ocupação sócio-econômica recente da região.

AS DISPARIDADES REGIONAIS

É histórica a concentração de ciência e tecnologia no centro-sul do país (regiões sudeste e sul). Poder-se-ia, para atenuar tal concentração, argumentar que estas regiões também são as mais populosas e que sua economia, que pode ser medida pelo PIB regional, representa um volume de riqueza correspondente as suas necessidades.

No entanto, verificando bem os dados estatísticos, mesmo levando em consideração a correspondência C&T/População e C&T/PIB, consta-se que as disparidades ultrapassam os limites de uma suportável proporcionalidade.

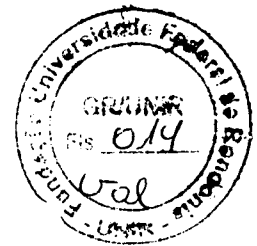
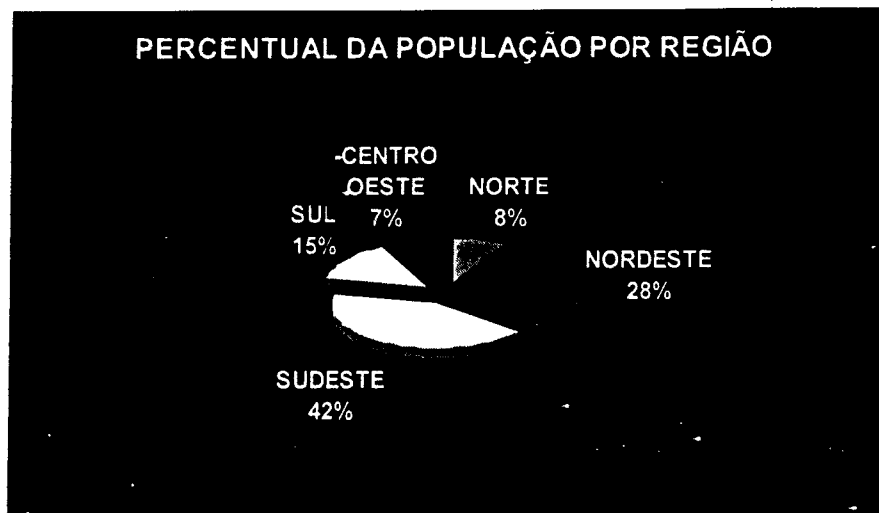


FIGURA 1 – POPULAÇÃO DO BRASIL, SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES



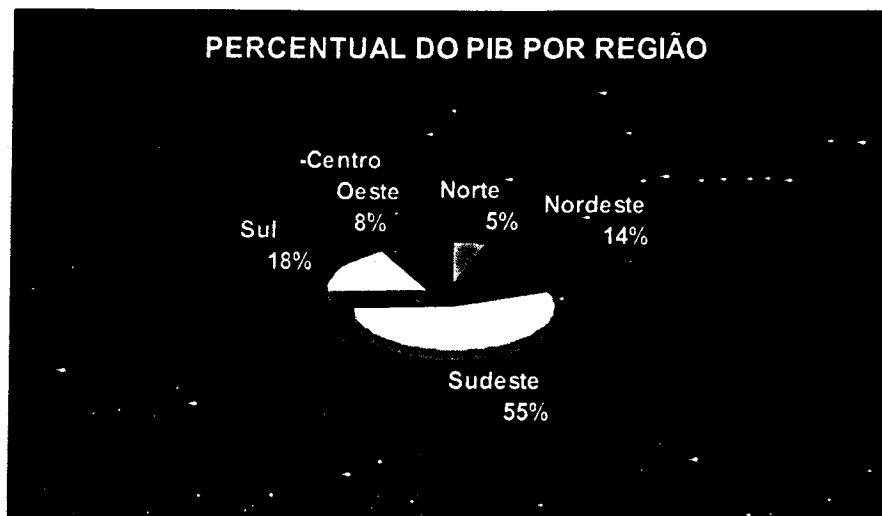
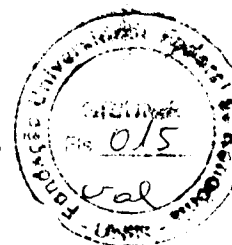
Fonte: IBGE, Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007.

Na Figura 1, percentual da população por região, observa-se que as regiões Sul e Sudeste detêm 57% da população.

O PIB das duas regiões, contudo, conforme se observa na Figura 2, chega a 73%, correspondentes a $\frac{3}{4}$ de toda a riqueza produzida no país.

Qualquer política de C&T, na medida em que está continua extremamente vinculada ao Setor Público, deveria buscar corrigir as diferenças entre as regiões, levando em consideração as demandas sociais destas.

FIGURA 2 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO GRANDES REGIÕES – ANO BASE 2004.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Não é o que ocorre nem em atendimento de graduação (embora este tema não é objeto desta nota) nem em termos de pós-graduação, conforme atestam os dados a seguir.

Esses dados demonstram que a correspondência em vez de se dá em função das demandas sociais, dá-se pelo poder concentrador de riqueza (o que não é nenhuma novidade) da região.

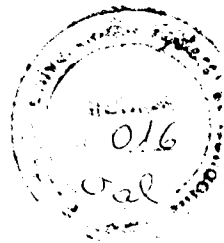
TABELA

NÚMERO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, POR NÍVEL, AGRUPADO POR REGIÃO – ANO BASE: 2006

Região	Total	M	D	M/D	F
<u>CENTRO-OESTE</u>	156	86	2	56	12
<u>NORDESTE</u>	385	216	10	129	30
<u>NORTE</u>	93	64	2	23	4
<u>SUDESTE</u>	1184	348	20	734	82
<u>SUL</u>	449	211	5	204	29
Total	2267	925	39	1146	157

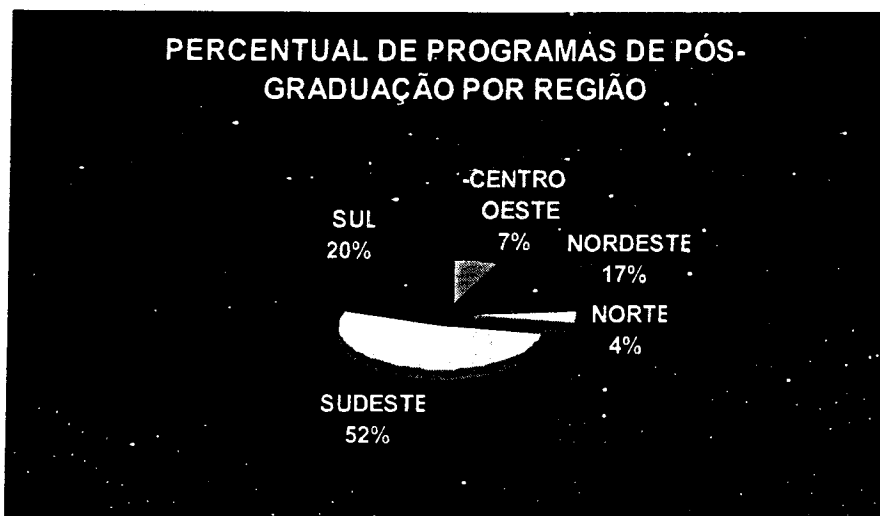
Legenda: M=Mestrado, D=Doutorado, F=Profissionalizante,

Fonte: CAPES/MEC.



Com efeito, sem torturar os dados, haja vista que são oficiais e são facilmente encontrados nas fontes de referência, há uma correspondência quase biunívoca entre o percentual do PIB das regiões Sudeste e Sul (73%) e a oferta de Programas de Pós-Graduação (72%). Portanto, 15% acima da correspondência em relação à população, o que em termos quantitativos absolutos significam uma distância abismal.

FIGURA 3 – PERCENTUAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, AGRUPADOS POR REGIÃO



Fonte: CAPES/MEC – Ano Base 2006.

Não deixa de ser interessante, pelos parâmetros aqui analisados (PIB versus oferta de pós-graduação stricto sensu), que o Sul seja a região mais beneficiada nessa correspondência e o Nordeste, o mais prejudicado.

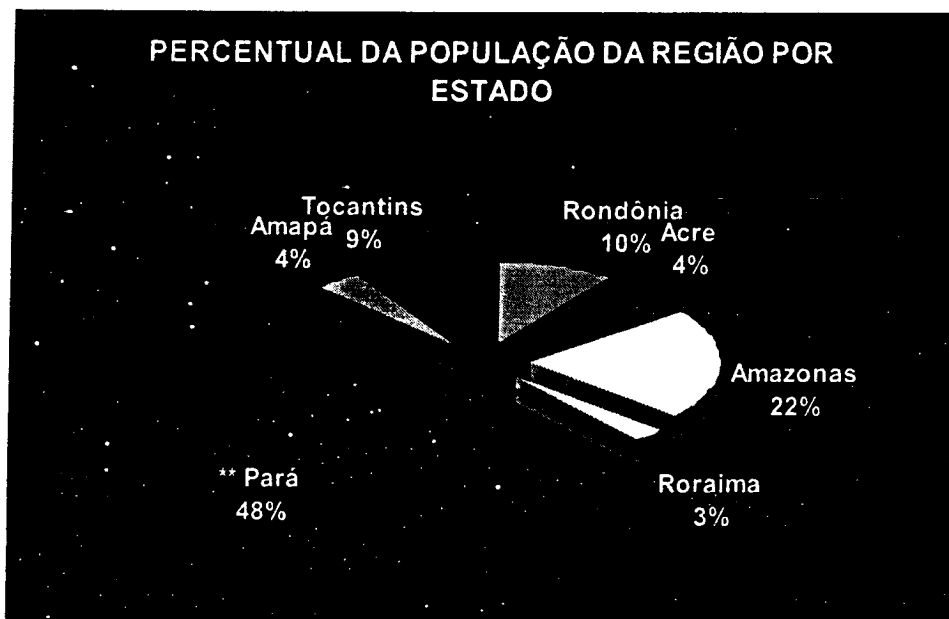
Mas é na relação oferta de pós-graduação stricto sensu versus população, que as disparidades entre as regiões são mais visíveis.

A oferta de programas de formação stricto sensu do Sudeste são 7% acima do percentual da sua população; o Sul, 5% acima; o Nordeste, 11% abaixo; e o Norte, 4% abaixo.

AS DISPARIDADES INTRARREGIONAIS

O modelo concentrador de riqueza e a correspondente concentração em C&T não é, todavia, determinante apenas das disparidades regionais. Enquanto modelo de política pública, repercute diretamente na organização e na distribuição dos sistemas de C&T de cada uma das regiões. E a região Norte não é exceção.

FIGURA 4 – PERCENTUAL POPULAÇÃO DA REGIÃO NORTE, POR ESTADO



Fonte: IBGE, Contagem da População 2007 e Estimativas da População 2007.

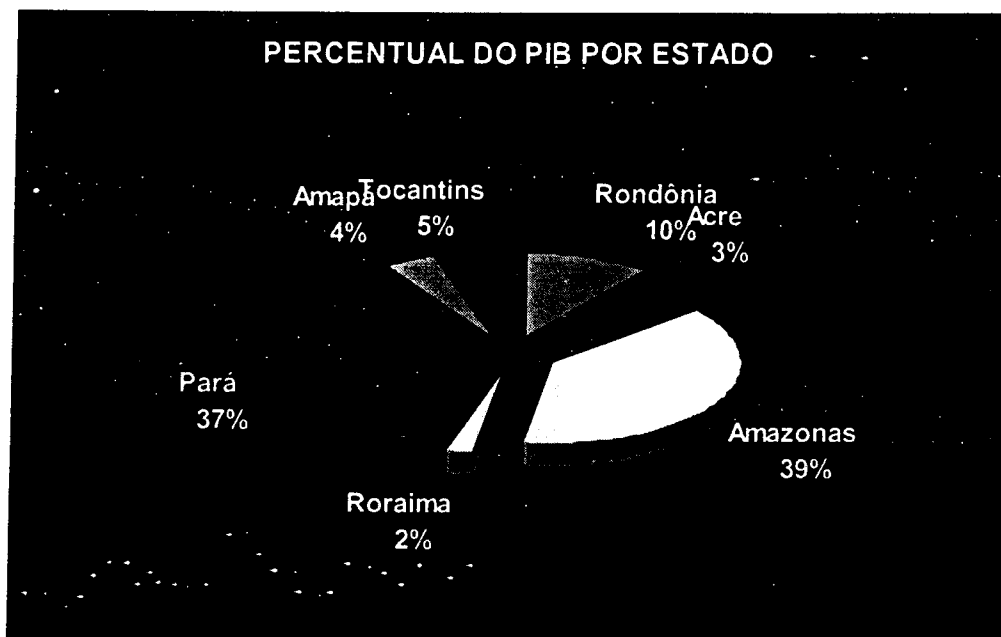
No geral, os Estados mais tradicionais, com maior população e maior volume de PIB, concentram, também, a oferta de cursos para a qualificação de recursos humanos, nos níveis da pós-graduação stricto sensu. Mas alguns aspectos diferem do padrão nacional.

Em termos de PIB, Pará e Amazonas encontram-se praticamente empatados, com 37% e 39 respectivamente, e juntos concentram 76% de toda a riqueza produzida na região. 3% a mais, portanto, do que o representado pelas regiões Sul e Sudeste (73%) em relação ao restante do país. Concentração, porém, impressionantemente próxima da taxa nacional.

A diferença do padrão nacional reside no fato de que o maior PIB (Amazonas com 39%) não corresponde a maior oferta de Programas de Pós-Graduação (Amazonas, 36%), contra 47% de Programas oferecidos pelo Estado do Pará, cujo PIB atinge 37%. Essa diferença, no entanto, é absolutamente compreensível, porque o Pará detém mais que o dobro da população do Amazonas.

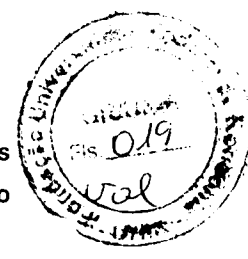
Entre os cinco Estados restantes, que detém 24% do PIB, ocorre um fenômeno interessante: olhando para o lado da oferta de programas de pós-graduação, percebe-se uma equidade nessa oferta de programas; olhando, porém, tanto pelo lado do PIB quanto da População, o Estado de Rondônia está extremamente prejudicado.

FIGURA 5 – PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CORRENTES, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERATIVAS DA REGIÃO – ANO BASE 2004.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

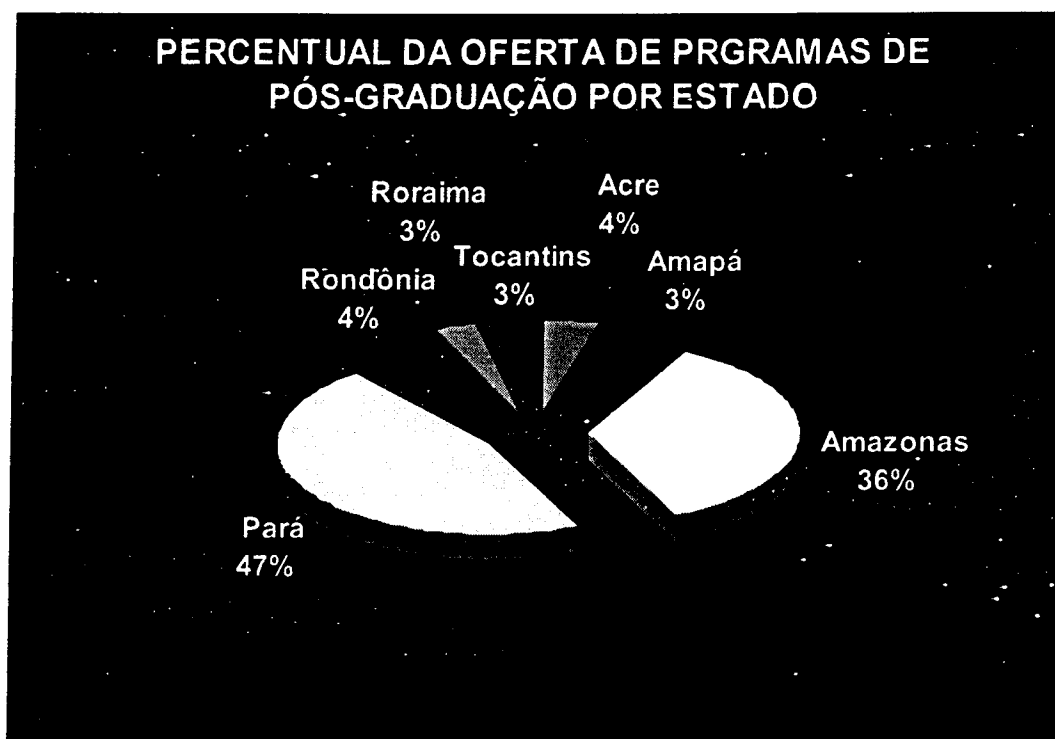
Detentor de 10% tanto de população quanto de PIB regional, o Estado de Rondônia somente é contemplado com 4% dos programas de pós-graduação stricto sensu. Ora, o PIB de Rondônia corresponde ao PIB de Acre, Roraima e Tocantins juntos. Esses Estados, igualmente juntos, disponibilizam de 10% dos programas regionais de formação pós-graduada, importando, por esse critério, numa defasagem de 6%, o que em termos quantitativos representa muito.



Do ponto de vista da população, o Estado de Rondônia tem quase a totalidade dos Estados do Acre, Roraima e Amapá, que juntos são responsáveis, também, por 10% dos programas stricto sensu.

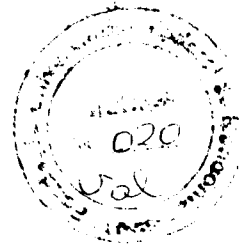
Portanto, a aparente equidade de oferta de Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu, entre os cinco Estados menores da Região, esconde uma distorção de oferta desses Programas com prejuízo significativo para o Estado de Rondônia. Comparativamente, se o Nordeste é o mais prejudicado em termos nacionais; o Estado de Rondônia o é em termos regionais.

FIGURA 6 – PERCENTUAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO, AGRUPADOS POR UNIDADE FEDERATIVA DA REGIÃO



Fonte: CAPES/MEC – Ano Base 2006.

Os dados expostos acima demonstram o déficit, exemplificados pelos Programas de Pós-Graduação, que o país tem com a região Amazônica e, no âmbito desta, o déficit que o país e a região têm com o Estado de Rondônia. Bastariam esses dados para justificar a oferta à população, desse Estado, de Programas de Mestrado que viessem não só dar consistência e amadurecimento científicos aos grupos de pesquisa da Universidade Federal, mas também aporte tecnológico necessário de que precisa o desenvolvimento sustentável regional.



A oferta tanto do mestrado em educação em particular, quanto de outros que visem consolidar o desenvolvimento regional, não se justifica apenas por se tratar de corrigir uma defasagem de formação recursos humanos qualificados em relação às necessidades do mercado ou da população, mas do que isso, trata-se do pagamento de uma dívida aos impactos sócio-ambientais causados pela ocupação antrópica das últimas décadas.

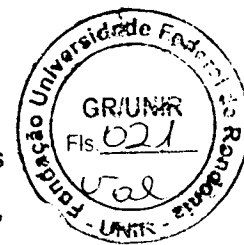
AS NECESSIDADES, EM C&T, DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A ocupação sócio-econômica do Estado de Rondônia, a partir de 1970, através dos Projetos de Colonização do Programa de Integração Nacional, causou uma profunda mudança na paisagem natural da região.

O processo de ocupação do Estado de Rondônia tem sido objeto de estudo das mais diversas áreas de conhecimento. Antropólogos como Teixeira (1999); sociólogos como Martins (1982 e 1986), Lopes (1983), Silva (1984); economistas como Hébette e Acevedo (1982), Mesch (1984), Cunha (1985) e Batista (2001); passando por historiadores, tais como Perdigão e Bassegio (1992), e geógrafos como Becker et al. (1990), Coy (1986), Santos (1999) e Amaral (1999), chegando a ecólogos como Miranda (1987) e Fearnside (1989), têm apresentado suas interpretações a respeito do processo de colonização desencadeado, a partir de 1970, pelo Plano de Integração Nacional, através de seus diferentes Programas.

Esses estudos são unânimes em reconhecer que esse é o processo mais intenso ocorrido durante as décadas de 70 e 80, mais precisamente entre 75 e 85, em todo o Brasil. Da mesma forma como, também, são unânimes em apresentar, cada um pelo seu ângulo, os problemas e os impactos ambientais, culturais e sociais, que os equívocos, desse tipo de ocupação, estavam causando ou poderiam vir a causar. Martins (1982, p. 68-69), bem a propósito, afirma sobre a forma de ocupação:

O que temos agora é a aplicação de um outro modelo de ocupação, que pretende anular e revogar os modelos anteriores... Por isso, não estamos diante de um processo de ocupação da Amazônia; estamos, na verdade, diante de uma verdadeira invasão da Amazônia, em que os



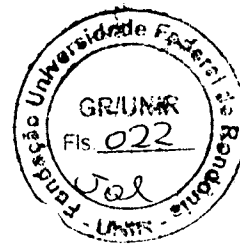
chamados pioneiros não raro se comportam, ante os primeiros ocupantes, como autênticos invasores – devastando, expulsando, violando direitos e princípios.

De fato, a década de 70, preparada pelo governo militar na década de 60, se caracteriza pela penetração do grande capital na Amazônia, que, todavia, não se dá da mesma maneira em todos os lugares, ainda que o movimento fosse o mesmo. Essa penetração se dá através de enclaves minerais, tais como Carajás-PA, Serra do Navio-AP, Bom Futuro-RO, Presidente Figueiredo-AM; dá-se através de Zonas Francas, tal é o caso de Manaus, e de zonas de livre comércio, nas divisas de Rondônia, Acre e Amapá; dá-se ainda sob a forma de frentes de ocupação em territórios integrados ao mercado nacional, tal é o caso de Mato-Grosso do Sul e Goiás, e sobre territórios não integrados, particularmente Pará, Mato-Grosso e Rondônia.

A situação específica de Rondônia, enquanto Território Federal de um lado e, de outro, enquanto área de grandes seringais, fez com que esse fosse o 'locus' privilegiado, naquela década, dos projetos fundados numa concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade rural. Observe-se que, quando se diz concepção de colonização integrada, baseada na pequena propriedade, não se quer dizer somente na pequena propriedade, como se é induzido a pensar por alguns estudos. Isso significa então que, embora baseada na pequena propriedade, a colonização integrada, em Rondônia, desde o início, desde, portanto, a Operação Amazônia, já previra o acoplamento com a média e a grande propriedade. Inegável é, desde logo, que o processo fora intenso. De acordo com Becker (1990, p. 177) "o crescimento demográfico entre 1970 e 1980 foi fantástico, com elevação das densidades de 0,4 para 8,5 hab/km²", e arremata com base em um estudo seu de 1985¹:

A dinâmica social em Rondônia é reveladora de mecanismos de atuação do Estado, mas também da potencialidade da prática social. O processo de povoamento se identifica com a produção de uma nova região – hoje institucionalizada como um Estado da Federação –, produção

¹ - Trata-se de "The crisis of the state and the region: regional planning questioned". Environment and planning. Society and Space. London, v. 3, p. 141-53. 1985.



dirigida e executada diretamente pelo Governo Federal, mas efetivada pelas mãos de milhares de migrantes, cuja, iniciativa é, hoje, ao contrário do que ocorre na Amazônia oriental, dominante.

De acordo com ela, portanto, a especificidade da dinâmica social em Rondônia é resultante da conjugação de esforços, entre governo e população, dominada por esta última, a partir de 85.

A conjugação de esforços em Rondônia, todavia, assume características muito peculiares. Porque em primeiro lugar, se, de um lado, o fluxo migratório do final dos anos 70 obriga o Estado a aligeirar o processo de assentamento, de outro, isso é realizado através de uma nova metodologia, que incluía a redução do lote pela metade e a quase desobrigação total do Estado em relação à infra-estrutura, como é caso do PAR – Projeto de Assentamento Rápido (80-82) e, em parte, dos PAs – Projetos de Assentamento, subseqüentes. Apesar disso, o processo de ocupação ficou sob a direção do Estado de 1970 ao início dos anos 80 e, pelo menos a partir de 1986, sob a crescente organização política do Movimento Sem-Terra, que não é um movimento espontâneo.

Como consequência, em segundo lugar, só se pode falar propriamente de movimento espontâneo no interstício entre 80 e 86, quando o Estado, pressionado pela demanda, muda sua estratégia exatamente para não perder o controle do processo. O que é devido, frise-se, em boa medida ao aporte financeiro do POLONOROESTE, que teve, exatamente nesse período, o seu grande momento. Ademais, nesse período, como acrescenta Mesch (1984, p. 196) “os fatores de expulsão de migrantes, nas regiões de origem, são maiores que os fatores de atração existentes em Rondônia”². Desse modo, parece exagero subtrair a importância do movimento social como um todo ou de reduzi-lo ao espontâneo.

Em terceiro lugar, porque nos projetos de assentamento, a partir de 1986, supostamente destinados aos tais movimentos espontâneos, grassam irregularidades e desistências, logo não poderiam ter a força isoladamente que se supõe ter. De acordo com Amaral (1999, p. 100-111) – a partir de pesquisa de campo realizada, em 1997, no PA – Vale do Jamari, instalado em 1986, com área

² - Vejam-se as razões para tal afirmação nas p. 195-196 da dissertação do referido autor.



média de 45 ha, para 1.081 assentados – desses somente 8,88% eram remanescentes, sendo 82,89% expropriados (dos quais 74,19% dos novos proprietários estão em situação irregular), enquanto que 8,23% foram expulsos pela inundação do lago da UHE de Samuel. Resultado: dos 1.081 lotes de 1986, são encontrados, até aquela data, 372 proprietários.

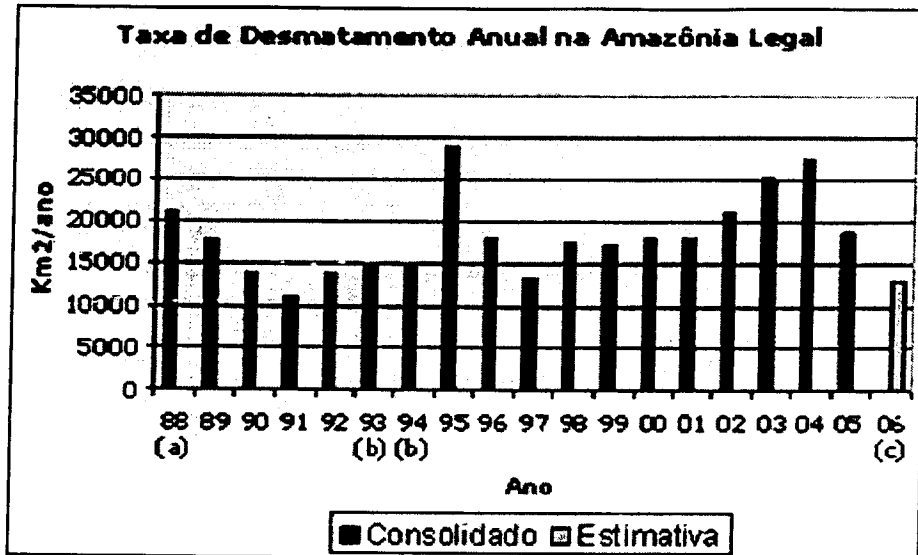
Exatamente por isso, em quarto lugar, a força dos movimentos sociais não decorre apenas dos movimentos espontâneos, cujos sujeitos, supostamente, são os beneficiários desse tipo de assentamento, mas da diversidade social que compõe o movimento com um todo, incluindo aí a leva dirigida, onde se encontram pequenos, médios e grandes proprietários. No limite, a consistência da ocupação em Rondônia, é produto da organização desses sujeitos, enquanto sociedade civil, conceito, aliás, mais apropriado para sugerir um movimento que faz pressão contra o Estado, mas ao mesmo tempo depende dele, numa relação contraditória, porque interdependente.

Em decorrência dessa intensidade, porém, os impactos do processo da ocupação econômica e humana de Rondônia suscitaram nos cientistas a realização de pesquisas, que avaliaram esses impactos em suas áreas de interesse.

Há impactos de toda ordem. Há os impactos culturais, tanto as referentes à destruição das culturas autóctones, dadas as conseqüências das relações sociais com a cultura nacional (TEIXEIRA, 1999, p. 229-235), quanto àquelas relativas à subjugação das populações tradicionais, por suas desvantagens sociais e tecnológicas (TEIXEIRA, 1999, p. 227-228, 235-240). Há os impactos ambientais, quer por desmatamento (FEARNSIDE, 1989, p. 21-29) quer por erosão do solo (FEARNSIDE, 1989, p. 39-48). Há os impactos sócio-econômicos, tanto sobre a transformação da estrutura agrária (MACIEL, 2004 e 2005; AMARAL, 1999; SANTOS, 1999; BATISTA, 2001), quanto sobre a transformação da estrutura social, agora baseada no colono.

Para finalizar, exemplifica-se com o fator mais visível (nem por isso o mais importante): o **desmatamento da Amazônia** e, dentro desta, o **desmatamento no Estado de Rondônia**.

FIGURA 7 – TAXA DE DESMATAMENTO ANUAL NA AMAZÔNIA LEGAL

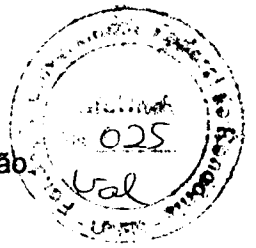


FONTE: <http://www.inpe.br>. Acesso em 15/10/2007.

O INPE estima que, no período 2005-2006 (cujos dados ainda estão sendo processados), o desmatamento na Amazônia fique entre 13.100 e 14.039 km².

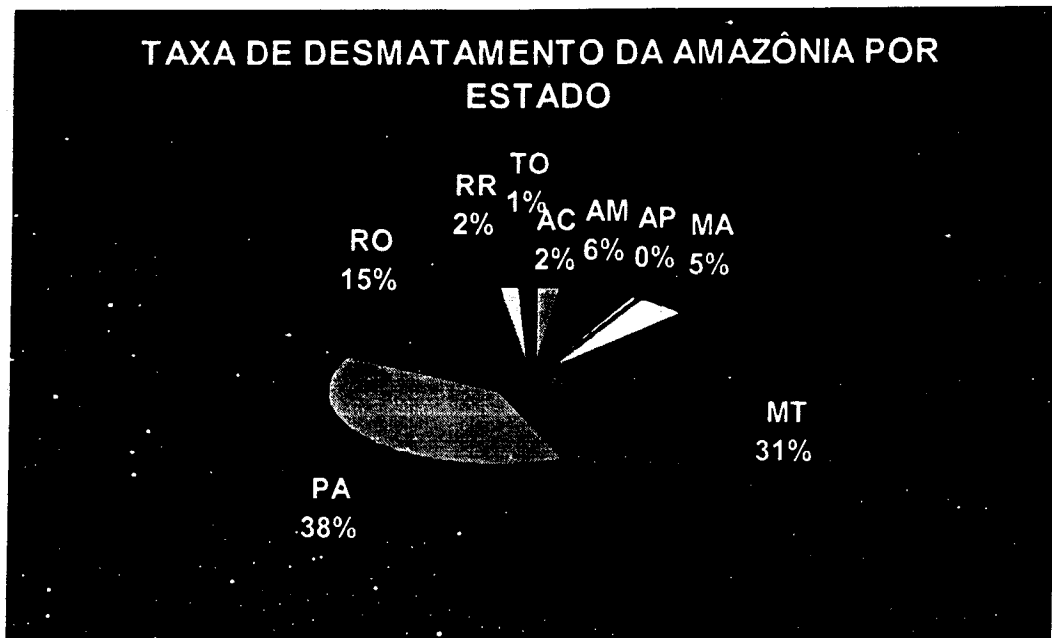
O INPE analisou 34 imagens, onde ocorreu 67% do desmatamento na Amazônia no período de 2004-2005. A taxa calculada nestas imagens foi 8.836 km². Com estes dados, o INPE estima que a taxa de desmatamento da Amazônia para o período Agosto 2005 – Agosto 2006 seja de 13.100 km², com uma margem de erro de 10%. Esta projeção indica uma queda de 30% em relação ao período 2004-2005. É a segunda menor taxa de desmatamento na Amazônia verificada desde que o INPE iniciou este tipo de levantamento anual em 1988.

Apesar da queda pontual, a trajetória da taxa de desmatamento na Amazônia do gráfico não deixa dúvida de que a tendência é sazonal, não raramente



determinada por pressões internas e externas. Por outro lado, qual a posição ocupada pelo Estado de Rondônia?

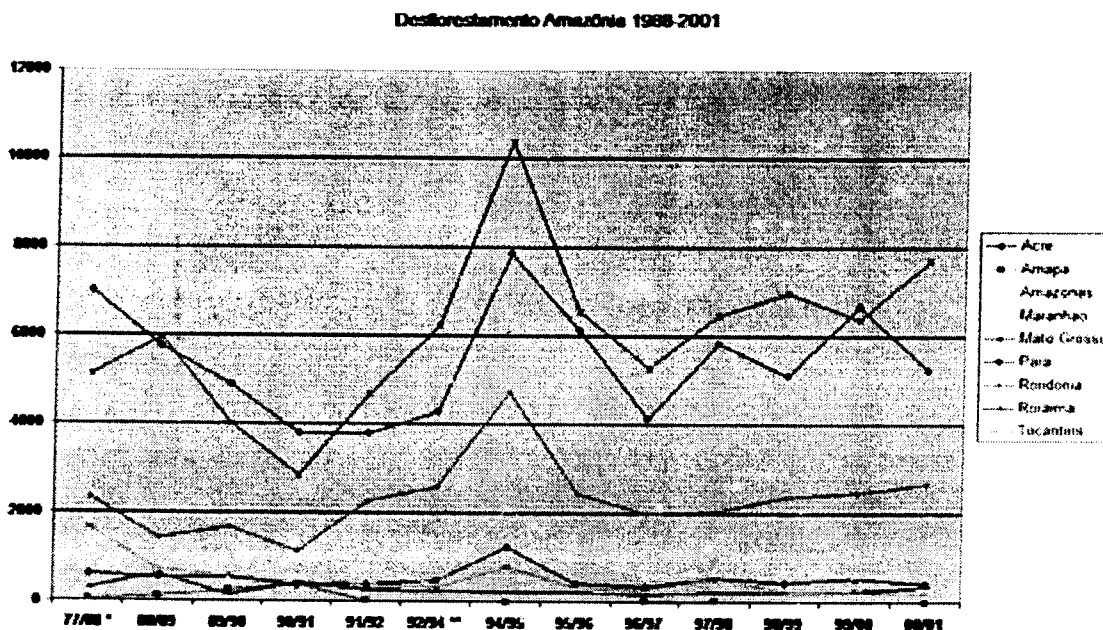
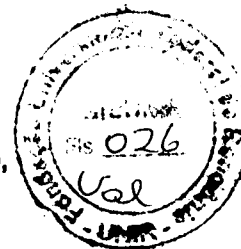
FIGURA 8 – TAXA DE DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL, POR UNIDADE FEDERATIVA, DO PERÍODO DE 2005-2006



FONTE: <http://www.inpe.br>. Acesso em 15/10/2007.

De acordo com o INPE, no mesmo período (agosto/2005 – agosto/2006), o Estado de Rondônia é o terceiro em desmatamento na Amazônia Legal e o segundo da Região Norte.

FIGURA 9 – DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL, POR ESTADO DA REGIÃO, ENTRE 1988 E 2001



FONTE: INPE/2004.

O gráfico da figura 9, referente ao período entre 1988 e 2001, acima, portanto quase duas décadas, mostra que a posição, lamentavelmente histórica, ocupada pelo Estado de Rondônia, não mudou: permanece no terceiro lugar, entre os maiores devastadores da floresta, numa posição muito acima dos Estados com menor taxa de desmatamento.

O conjunto desses fatores parece demonstrar, com agudeza, a importância de Programas de Mestrado e Doutorado para a Amazônia Ocidental, como um todo, e para o Estado de Rondônia, em particular.

Tudo isso sem levar em consideração que esse Estado possui, proporcionalmente, a maior malha rodoviária do Norte, os dois municípios com maior taxa de crescimento populacional do país, o segundo plantel de gado do Norte e Nordeste, as maiores jazidas de cassiterita e diamantes da região e, para concluir, é para esse Estado que estão projetadas os dois maiores investimentos em energia do país, as Hidrelétricas do Rio Madeira, além do Gasoduto Urucum (Coari-AM)/Porto Velho. Com estas notas não se pretende mais que justificar a imperiosa necessidade de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Estado de Rondônia.



Assim como também a consolidação da única Universidade Pública no Estado de Rondônia que é a UNIR. Essa consolidação passa fundamentalmente pela manutenção dos cursos que temos e implementação de cursos já criados e ainda não implantados que são fundamentais para dar suporte a um desenvolvimento sustentável da Região Amazônica



NECESSIDADES PARA CONSOLIDAÇÃO

FUNÇÕES GRATIFICADAS

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL - QUADRO DE CARGOS DE DIREÇÃO (CD) E FUNÇÕES GRATIFICADAS (FG) Resolução 049/CONSAD, de 02 de março de 2007; 064/CONSAD, de 04 de julho de 2008; 075/CONSAD, de 12 de dezembro de 2008 e Resolução 083/CONSAD, de 18 de setembro de 2009.															
		CD -1	CD -2	CD -3	CD -4	FG- 1	FG- 2	FG- 3	FG- 4	FG- 5	FG- 6	FG- 7	FG- 8	FG- 9	
A	PREVISTO	1	1	16	26	109	0	20	15	55	0	0	0	0	243
B	DISPONIBILIZADO (F)	1	1	6	23	61	1	0	22	17	3	5	1	0	141
	NECESSIDADE IMEDIATA 209 (A-B)	0	0	10	3	48	0	20	0	38	0	0	0	0	119

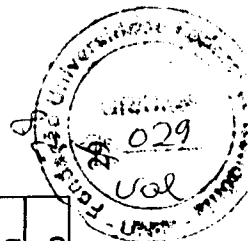
DISTRIBUIÇÃO DE CDS E FGS - 2009															
		CD -1	CD -2	CD -3	CD -4	FG- 1	FG- 2	FG- 3	FG- 4	FG- 5	FG- 6	FG- 7	FG- 8	FG- 9	
A	Decreto nº 4.310, de 23.07.2002	1	1	3	23	43	1	0	22	1	3	5	1	0	104
B	Lei nº 11.740, Anexo I, de 16.07.2008	0	0	1	0	5	0	0	0	4	0	0	0	0	10
C	Portaria nº 1.109, Anexo II, de 04.09.2008	0	0	2	0	13	0	0	0	12	0	0	0	0	27
	Total (A+B+C)	1	1	6	23	61	1	0	22	17	3	5	1	0	141
	DISPONIBILIZADO	1	1	6	23	61	1	0	22	17	3	5	1	0	141
	Necessidade 2010 - 2012	0	7	10	5	60	20	25	40	0	0	0	0	0	167

CARGOS DE DIREÇÃO	
CD1	Reitor
CD2	Vice-Reitoria e Pró-Reitorias
CD3	Direção de Unidades Acadêmicas
CD4	Diretorias

FUNÇÕES GRATIFICADAS	
FG1	Coordenações e Chefias
FG2	Gerências
FG3	Secretaria de Unidades Acadêmicas e das Pro-Reitorias
FG4	Secretaria de Coordenações e Chefias

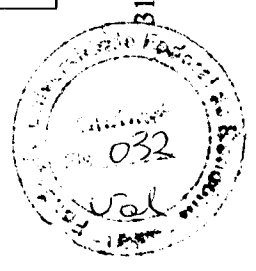
QUADRO DEMONSTRATIVO - DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS DOCENTES

CAMPI	CURSO	Habil.	Carga Horária	Duração do Curso	Turmas			C.H. d		2009	2010	Σ	2011	2012	Σ	Solicitar	Σ Total docentes	Docentes Substitutos	1º e 2º Grau
					M	V	N	I	Total										
PORTO VELHO																			
NUCSA	1. BIBLIOTECONOMIA	B	3280	8 sem.	0	0	1	0	1	3	2	5	3	2	10	0	10	0	0
vagas 2011: 13	2. ECONOMIA	B	3200	8 sem.	0	0	4	0	4	12	0	12	0	0	12	2	14	1	0
vagas 2012: 0	3. DIREITO	B	4020	10 sem.						20	1	21	0	0	21	4	25	0	0
	4. CONTABILIDADE	B	2800	7 sem.	0	0	4	0	4	12	0	12	0	0	12	5	17	0	0
	5. ADMINISTRAÇÃO	B	3000	8 sem.	0	0	4	0	4	14	0	14	0	0	14	2	16	0	0
										61	3	64	3	2	69	13	82	1	0
NCH	1. ARQUEOLOGIA	B	3660	8 sem.	1	0	0	0	1	5	1	6	2	1	9	4	13	0	0
vagas 2011: 5	2. ARTES	L	3180	8 sem.	0	0	0	0	0	0	5	5	4	2	11	9	20	0	0
vagas 2012: 0	3. HISTÓRIA	L/B	3100	8 sem.	0	4	0	0	4	12	0	12	0	0	12	3	15	0	0
	4. LETRAS INGLÊS	L	3160	8 sem.	0	4	0	0	4	6	1	7	0	1	8	0	8	1	0
	5. LETRAS ESPANHOL	L	3220	8 sem.	0	4	0	0	4	6	1	7	0	1	8	0	8	1	0
	6. PEDAGOGIA	L	3440	8 sem.	4	0	0	0	4	19	0	19	0	0	19	5	24	0	1
	7. FILOSOFIA	L/B	3160	8 sem.	0	0	1	0	1	9	2	11	2	0	13	3	16	0	0
	8. SOCIOLOGIA	L/B	3160	8 sem.	0	0	4	0	4	12	0	12	0	0	12	2	14	0	0
	9. LING. VERNÁCULAS	L	2800	8 sem.	0	4	0	0	4	20	1	21	0	0	21	4	25	1	2
										89	11	100	8	5	113	30	143	3	3
NCT	1. ENGENHARIA CIVIL	B	4620	10 sem.	0	0	1	1	1	3	3	6	4	4	14	5	19	0	0
vagas 2011: 7	2. GEOGRAFIA	L/B	3280	10 sem.	0	4	0	0	4	15	0	15	0	0	15	5	20	0	1
vagas 2012: 3	3. INFORMÁTICA	L/B	3380	8 sem.	4	0	0	0	4	12	0	12	0	0	12	3	15	0	0



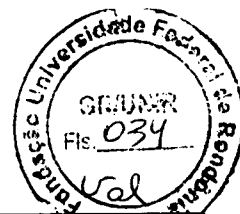
NECESSIDADE DE QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

NIVES SUPER.	REITORIA	PROGRAD	PROPESQ	PROCEA	PROPLAN	PRAGEP	DIRCA	BIBLIOT.	NCSA	NCH	NUSAU	NCT	ARIQ	CAC	GM	JP	RM/SMG	VH	EDUJFRO	TOTAL
TEC.INFOR	1				8			1					1	1	2	2	3	1	1	21
ADMINIST.	1			1	3	6					1		1	1	1					19
TAE	1	5	7	2			3	10	7	3	6	3	5	3	1	2	5	2	1	66
CONTADOR	1				8	1								1				1		12
ARQUITETO					2															2
ENG. ELETRICO					2	1														3
ENG. SEG. TRAB						1														1
ENG. CIVIL					4	1														5
SEC. EXECUT.	2	1	1	1			2	1	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1		23
TEC. LABOR									5	12	8	10	7	13	3	4	18	1		81
ENFERMEIRO						1					1									2
FARMACEUT.					1						2									3
PSICOLOGO		1		1		2					2									6
ASSIST SOCIAL		1		2		1					2									4
NUTRICIONISTA				2																4
BIBLIOTECARIA								4					1				1			4
ECONOMISTA					5	2							2	2	2	2	2	1		15
TEC.SECRETARIADO	2													1						8
ANAL. DE SISTEMAS					3															2
ANAL. DE BAN DAD					3															3
PSICOLOGO						2														3
PEDAGOGO						1														2
MEDICO																				1
ODONTÓLOGO						2														2
ENFERMEIRO						2														2
ANAL. DE REDES						2														2
ENG. OPERAC.				3																3
JORNALISTA	2			1																1
PRODUT. CULTURAL	3																			2
																				3
																				301

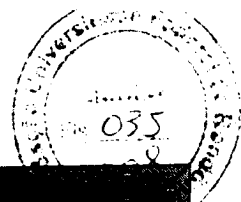


TEC NIV. MED	REITORIA	PROGRAD	PROPESQ	PROCEA	PROPLAN	PRAGEP	DIRCA	BIBLIOT.	NCSA	NCH	NUSAU	NCT	ARIQ	CAC	GM	JP	RM	VH	EDUFRO	TOTAL
ASSIS. ADMIN.	15	2	2	3	8	5	6		5	13	5	8	15	10	15	15	15	17	5	164
AUX. ENFERMEIRO						2														2
AUX. ADMINISTRAT.	1	1	1	1			3	6	2			2	3			3	3	3		29
TÉC. EDIFIC.					2									1		1				4
TEC.ENFERM.											3									3
COZINHEIRO																	2			3
AUX. COZINHA																				3
MOTORISTA	2	1	1	1	1	4			1	1	1	2	2	2	1	1	3	1		6
ELETRICISTA																				25
TEC. CONTAB.		1	1	1	2				1	1							1	1		4
ELETRICISTA						2					1	1	1	1	1	1	1	1		15
ENCANADOR						2											1	1		8
ALMOXARIFE						2							1	1	1	1	1	1		7
DESENHIS.ART.GRAF	1					2							1	1	1	1	1	1		7
MECANICO AUTO						1														1
MARCENEIRO						3														1
PEDREIRO						1														3
OPER. MAQ.AGRIC						1														1
PEDREIRO						1											1			2
PINTOR						2														2
TEC. ELETRÔNICA						1														2
TEC.						1														1
REFRIGERAÇÃO						1														1
TÉC.ARQUIVO						1														1
																				291





CURSOS	VAGAS VESTIBULAR 2010									
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	TOTAL
Administração	40	40	50	45	45	45	45	45	45	180
Arqueologia	0	0	45	50	50	50	50	50	50	200
C. Contábeis	50	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Teatro, Artes e Música	0	0	0	60	60	60	60	60	60	240
C. Econômicas	40	40	45	45	45	45	45	45	45	180
Direito	40	100	100	100	100	100	100	100	100	500
C. Biológicas	40	40	45	45	45	45	45	45	45	180
Ciências Informação	0	0	45	50	50	50	50	50	50	200
Educação Física	40	40	40	45	45	45	45	45	45	180
Eng. Elétrica	40	40	40	45	45	45	45	45	45	225
Física	40	40	40	45	45	45	45	45	45	180
Enfermagem	30	30	30	30	30	30	30	30	30	150
Geografia	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
História	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Eng. Civil	0	0	45	50	50	50	50	50	50	225
Filosofia	0	0	45	50	50	50	50	50	50	200
Informática	40	40	45	45	45	45	45	45	45	180
Letras/ Espanhol	20	25	25	25	25	25	25	25	25	100
Letras/ Inglês	20	25	25	25	25	25	25	25	25	100
Letras/ Português	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Matemática	40	40	45	45	45	45	45	45	45	180
Pedagogia	40	40	45	45	45	45	45	45	45	180
Medicina	40	40	40	40	40	40	40	40	40	240
Química	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Ciências Sociais	40	40	50	45	45	45	45	45	45	180
Psicologia	40	40	40	40	40	40	40	40	40	160
Segurança Pública	0	0	50	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL GERAL	400	500	650	620	620	620	620	620	620	5160



CURSOS										
Município										
Município										
GUAJARÁ MIRIM										
Administração	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Gestão Ambiental	0	0	0	50	50	50	50	50	50	200
Letras	40	50	50	50	50	100	100	100	100	400
Pedagogia	40	50	50	50	50	50	50	50	50	200
CACOAL										
Administração	50	50	50	100	100	100	100	100	100	400
C. Contábeis	50	50	50	150	150	150	150	150	150	400
Eng.de pesca	0	0	45	50	50	50	50	50	50	250
Eng.de produção	0	0	0	50	50	50	50	50	50	250
Direito	50	50	50	100	100	100	100	100	100	500
JI - PARANÁ										
Física	40	40	45	50	50	50	50	50	50	200
Matemática	40	40	45	50	50	100	100	100	100	400
Estatística	0	0	45	50	50	50	50	50	50	200
Eng.Ambiental	40	40	45	45	45	45	45	45	50	250
Educação Intercultural	0	0	50	50	50	50	50	50	50	250
Pedagogia	40	40	45	50	50	50	50	50	50	400
ROLIM DE MOURA										
Biologia					50	50	50	50	50	200
Pedagogia	100	100	100	50	50	50	50	50	50	400
Eng.Florestal	0	0	45	50	50	50	50	50	50	250
História	0	0	0	50	50	50	50	50	50	200
Agronomia	40	40	40	50	50	50	50	50	50	250
Veterinaria	0	0	0	0	50	50	50	50	50	250
Biotechnologia						50	50	50	50	200
VILHENA										
C. Contábeis	50	50	50	50	50	50	50	50	50	200
Administração	0	0	0	50	50	50	50	50	50	200
Pedagogia	100	100	50	50	50	50	50	50	50	400
Letras	100	100	50	50	50	50	50	50	50	200
Jornalismo	40	40	80	45	50	50	50	50	50	400
Informatica						50	50	50	50	200
ARIQUEMES										
Pedagogia	0	0	100	100	100	100	100	100	100	400
Eng. Alimentos	0	0	45	45	45	100	100	100	100	500
TOTAL										



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Ofício SN° /2009-

Brasília, 24 de novembro de 2009.

A Sua Excelência a Senhora
Maria Paula Dallari Bucci
Secretária de Educação Superior – SESu
Ministério da Educação
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 3º Andar, Sala 300
CEP: 70047-903
Brasília-DF

Assunto: *Proposta para Consolidação das Universidades da Região Norte*

Senhora Secretária,


Ao cumprimentá-la, temos o prazer de entregar a Vossa Excelência Proposta para Consolidação das Universidades da Região Norte, conforme já discutido em reuniões anteriores entre os reitores da região, Sese e comissão parlamentar da Amazônia.

Na oportunidade, agradecemos o apoio na solução da situação emergencial das pequenas Universidades da Região Norte.

Reiteramos votos de estima e admiração.



Atenciosamente,


UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA


UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE


UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZONIA

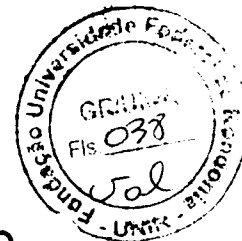

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPA


UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA


UNIVERSIDADE FEDERAL DE TOCANTINS


UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA



**PROPOSTA PARA CONSOLIDAÇÃO DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO
NORTE**

Sumário das Solicitações: Dados Consolidados

Demanda Docente

Instituição	Número Docente (necessário)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR	220
UNIVERSIDADE FEDERAL AMAPÁ – UNIFAP	97
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR	200
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC	95
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM	100
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	133
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	134
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT	399
TOTAL	1378

Demanda Servidor Técnico Administrativo (TA)

Instituição	TA Nível Superior (necessário)	TA Nível Intermediário (necessário)
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR	301	291
UNIVERSIDADE FEDERAL AMAPÁ – UNIFAP	25	25
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR	149	150
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE – UFAC	50	55
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM	40	60
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA	115	153
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA	74	236
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – UFT	40	60
TOTAL	794	1090



Demanda Cargo de Direção e Função Gratificada

Instituição	Quantitativo de Cargo e Função Gratificadas (Necessário)*							
	CD1	CD2	CD3	CD4	FG1	FG2	FG3	FG4
UNIR	-	7	10	5	60	20	25	40
UNIFAP	-	-	3	7	24	28	10	10
UFRR	-	10	15	15	117	18	-	70
UFAC		1	10	16	104	14	60	20
UFAM	-	1	3	10	20	-	-	-
UFPA	-	1	8	8	31	23	14	24
UFRA	-	5	9	28	13	-	-	-
UFT	-	7	3	26	65	36	40	36
TOTAL	-	32	61	115	434	139	149	2000

*Finalidades dos Cargos de Direção -CD

CD1	Reitor
CD2	Vice-Reitoria e Pró-Reitorias
CD3	Direção de Unidades Acadêmicas
CD4	Diretorias

Finalidades das FUNÇÕES GRATIFICADAS

FG1	Coordenações e Chefias
FG2	Gerências
FG3	Secretaria de Unidades Acadêmicas e das Pro-Reitorias
FG4	Secretaria de Coordenações e Chefias



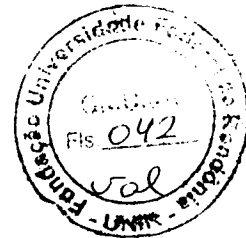
A seguir
 Anexo de
 no processo de
 Conselho UNIR
 07/2012

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDONIA - UNIR		2010	2011	2012	TOTAL
UNIDADES GESTORAS RESPONSÁVEIS					
REITORIA		0	0	0	0
		0	0	0	0
CUSTEIO		125.000	175.000	200.000	500.000
OBRAS E INSTALAÇÕES		500.000	700.000	800.000	2.000.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		125.000	175.000	200.000	500.000
SOMA		750.000	1.050.000	1.200.000	3.000.000
PRO REITORIA DE PLANEJAMENTO - PROPLAN					
CUSTEIO		250.000	350.000	400.000	1.000.000
OBRAS E INSTALAÇÕES		986.250	1.380.750	1.578.000	3.945.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		732.500	1.025.500	1.172.000	2.930.000
SOMA		1.968.750	2.756.250	3.150.000	7.875.000
PRO REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS - PRAGEP					
CUSTEIO		3.000.000	4.200.000	4.800.000	12.000.000
OBRAS E INSTALAÇÕES		1.500.000	2.100.000	2.400.000	6.000.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		500.000	700.000	800.000	2.000.000
SOMA		5.000.000	7.000.000	8.000.000	20.000.000
PRO REITORIA DE CULTURA, EXTENSÃO E ASS. ESTUDANTIS					
CUSTEIO		1.000.000	1.400.000	1.600.000	4.000.000
OBRAS E INSTALAÇÕES		250.000	350.000	400.000	1.000.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		125.000	175.000	200.000	500.000
SOMA		1.375.000	1.925.000	2.200.000	5.500.000
PRO REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO - PROPEsq					
CUSTEIO		750.000	1.050.000	1.200.000	3.000.000
OBRAS E INSTALAÇÕES		250.000	350.000	400.000	1.000.000
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		50.000	70.000	80.000	200.000
SOMA		1.050.000	1.470.000	1.680.000	4.200.000

PROJETO DE CONSOLIDAÇÃO 2010 A 2012
 DEMONSTRATIVO DE NECESSIDADES



PRO REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	125.000	175.000	200.000					500.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	250.000	350.000	400.000					1.000.000
	SOMA	300.000	420.000	480.000					1.200.000
NUCLEO DE CIENCIAS SOCIAIS - NUCS									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000	210.000	240.000					600.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	987.500	1.382.500	1.580.000					3.950.000
	SOMA	450.000	630.000	720.000					1.800.000
NUCLEO DE EDUCACAO - NED									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	1.587.500	2.222.500	2.540.000					6.350.000
NUCLEO DE CIENCIA E TECNOLOGIA - NCT									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000	210.000	240.000					600.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.500.000	3.500.000	4.000.000					10.000.000
	SOMA	1.222.500	1.711.500	1.956.000					4.890.000
NUCLEO DE SAUDE - NUSAU									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000	210.000	240.000					600.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.750.000	2.450.000	2.800.000					7.000.000
	SOMA	1.875.000	2.625.000	3.000.000					7.500.000
BIBLIOTECA CENTRAL									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	150.000	210.000	240.000					600.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.012.500	4.217.500	4.820.000					12.050.000
	SOMA	787.500	1.102.500	1.260.000					3.150.000
CAMPUS DE ARIQUEMES									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	125.000	175.000	200.000					500.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	875.000	1.225.000	1.400.000					3.500.000
	SOMA	375.000	525.000	600.000					1.500.000
CAMPUS DE ARIQUEMES									
	CUSTEIO								
	OBRAS E INSTALAÇÕES	200.000	280.000	320.000					800.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.775.750	2.486.050	2.841.200					7.103.000
	SOMA	1.050.000	1.470.000	1.680.000					4.200.000
	SOMA	3.025.750	4.236.050	4.841.200					12.103.000



CAMPUS DE JI PARANA									
	CUSTEIO						350.000	400.000	1.000.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			250.000			4.427.500	5.060.000	12.650.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			3.162.500			3.520.300	4.023.200	10.058.000
	SOMA			2.514.500			8.297.800	9.483.200	23.708.000
CAMPUS DE ROLIM DE MOURA									
	CUSTEIO						350.000	400.000	1.000.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			250.000			3.307.500	3.780.000	9.450.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.362.500			1.121.750	1.282.000	3.205.000
	SOMA			801.250			4.779.250	5.462.000	13.655.000
CAMPUS DE CACOAL									
	CUSTEIO						525.000	600.000	1.500.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			375.000			3.255.000	3.720.000	9.300.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.325.000			455.000	520.000	1.300.000
	SOMA			3.025.000			4.235.000	4.840.000	12.100.000
CAMPUS DE VILHENA									
	CUSTEIO						350.000	400.000	1.000.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			250.000			1.515.500	1.732.000	4.330.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			1.082.500			175.000	200.000	500.000
	SOMA			1.25.000			2.040.500	2.332.000	5.830.000
CAMPUS DE GUAJARA MIRIM									
	CUSTEIO						350.000	400.000	1.000.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			250.000			2.975.000	3.400.000	8.500.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			2.125.000			350.000	400.000	1.000.000
	SOMA			2.625.000			3.675.000	4.200.000	10.500.000
CONSOLIDAÇÃO									
	CUSTEIO						10.570.000	12.080.000	30.200.000
	OBRAS E INSTALAÇÕES			7.550.000			35.972.300	41.111.200	102.778.000
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			25.694.500			15.726.550	17.973.200	44.933.000
	SOMA			11.233.250			62.268.850	71.164.400	177.911.000

